



História do movimento estudantil na psicologia: leituras e reflexões acerca do ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia)

Psychology student activism history: reflections about the ENEP (Psychology Students' National Meeting)

Marcelo Afonso Ribeiro

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Brasil

Resumo

Visa a reconstrução da história e memória do ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia), com o intuito de analisar a dinâmica de funcionamento do movimento estudantil na Psicologia e verificar sua importância para a própria Psicologia. Enquanto um movimento específico, inserido nos movimentos estudantis e sociais, se constitui em objeto de estudo privilegiado, no sentido do resgate da história e das interrelações entre saber psicológico, identidades culturais, comunidade *psi* e seu papel político. Utiliza a análise de documentos escritos e de depoimentos de pessoas que viveram o movimento no período entre 1960 e 1990. Tem como eixo norteador a microesfera do ENEP e a macroesfera dos movimentos sociais e estudantis. Conclui que o movimento estudantil na Psicologia carece de uma maior organização, continuidade e legado histórico, muitas vezes se tornando um fim em si mesmo, mas que o ENEP constitui importante espaço de influência na formação de futuros psicólogos.

Palavras-chave: movimento estudantil; movimentos sociais; história da psicologia; características do estudante.

Abstract

This study aims at the history's reconstruction of the ENEP (Psychology Students' National Meeting) with the purpose of analyzing the psychology student activism dynamics and points out its importance for psychology itself. As a specific movement inside the social movements and student activism, it is a privileged study's object, whereas establishes the history and the relations between Psychology's knowledge, cultural identities, "*psi*" community and its political role. Uses the analysis of writing documents and the testimonies' gathered from those who lived the movement in the period between the 60's and the 90's. The guideline is the microcosm of ENEP and the macrocosm from the social movements and the student activism. Findings demonstrate that the Psychology student activism requests more organization, more continuity and more history legacy, and sometimes has a meaning only for its own, although the ENEP is configured as a very important influence for the future psychologist's development.

Keywords: student activism; social movements; history of psychology; student characteristics.

Introdução

O presente artigo é uma síntese das principais contribuições que a dissertação de mestrado "ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia) - história e memória de um movimento" trouxe para o campo da História da Psicologia através dos quatro eixos de análise propostos no próprio título: ENEP, história, memória e movimento. Quatro questões se colocam, quatro eixos foram propostos, algumas considerações se fazem necessárias (1).



Por que o ENEP com eixo condutor da pesquisa?

A História da Psicologia no Brasil nos remete ao longínquo período colonial, no qual já existia o interesse pelo estudo da subjetividade e do comportamento no âmbito da cultura brasileira. Atravessando os séculos, o interesse pela psicologia e seus fenômenos foi crescendo e se difundindo, chegando no século XIX às Instituições de Ensino brasileiras, para no século seguinte, mais precisamente em 1934, surgirem os primeiros cursos universitários de Psicologia (Massimi, 1990), que culminaram com a regulamentação da profissão de psicólogo pela Lei 4119 de 27 de agosto de 1962 (Melo, 1983). Em seu texto de 1975, Angelini dizia:

O mencionado diploma legal que regulamentou a profissão em nosso país, não surgiu por acaso, mas foi resultante de um movimento de vários anos por parte de profissionais que se empenharam perante o Poder Executivo e Legislativo através de associações de Psicologia existentes na década de 50, especialmente da Associação Brasileira de Psicólogos, da Associação Brasileira de Psicotécnica, hoje Associação Brasileira de Psicologia Aplicada e da Sociedade de Psicologia de São Paulo, bem como do apoio das então Cátedras de Psicologia e Psicologia Educacional das universidades oficiais, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro (p.32).

Nesse contexto surgiram também o Sindicato dos Psicólogos, os Conselhos Federal e Regional de Psicologia, regulamentados pela Lei 5766 de 20 de novembro de 1971 (Van Kolck, 1975) e também um movimento de estudantes chamado de *ENEPSi*, precursor do atual ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia).

O ENEPSi acabou com a repressão da ditadura militar, sendo totalmente inviabilizado a partir do Decreto - Lei 477 de 26 de fevereiro de 1969, "... que coibia toda e qualquer manifestação política ou de protestos no interior dos estabelecimentos de ensino públicos ou particulares" (Sanfelice, 1986, p.74), o que incluía qualquer encontro organizado por estudantes.

O ENEPSi retornou a partir de 1976, com o nome de ENEP, por iniciativa de alguns estudantes e se inspirando nos ENEs (Encontros Nacionais de Estudantes), que preconizavam o ressurgimento da UNE (União Nacional dos Estudantes) (2).

Embora 1976 marque a rearticulação do movimento, no período anterior já existia uma mobilização, como cita Sanfelice (1986):

Cumprir notar que, antes do Encontro Nacional, os estudantes se utilizavam das reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para tentar uma articulação do movimento estudantil e na mais absoluta clandestinidade (p.79).

Transcreve-se a seguir um trecho extraído do relatório do X ENEP, realizado em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, que explicita os objetivos políticos e da formação profissional inerentes ao mesmo:

O Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia (ENEP) tem por objetivo promover a integração dos estudantes de todas as partes do país, viabilizando um canal de troca de informações, de idéias e de assuntos. Busca unificar as lutas e as reivindicações específicas de cada escola, ligando-as às lutas gerais de todos os estudantes do País.

A importância do ENEP se expressa nos vários setores profissionais (escolar, clínico, industrial, saúde, comunidade), oferecendo instrumentos e informações de seu desenvolvimento nas diferentes escolas. Possibilita assim, a apreciação de temas relevantes



vinculados à prática cotidiana de profissionais nos diversos setores de atuação do psicólogo.

Através de discussões em plenárias e/ou em grupos, pretende-se alcançar uma compreensão mais aprofundada acerca do exercício de nossa profissão e confrontá-la com a formação profissional dos estudantes na Universidade. Propicia, pois, a oportunidade de apresentação, a nível nacional, das contribuições de estudantes relativas aos problemas do ensino universitário de Psicologia do país.

Além de buscar aprofundar essas questões concernentes à profissão do psicólogo, pretende ainda contribuir nas lutas mais gerais tanto no âmbito da Universidade como da própria sociedade. Busca discutir temas como movimento estudantil, União Nacional de Estudantes (UNE), conjuntura nacional, Universidade, etc.

Objetiva, dessa forma, promover o debate no interior do curso de todas as questões relativas à nossa realidade, criando um movimento unificado com os demais cursos e os movimentos populares.

Podemos afirmar que o ENEP cumpre importante papel na medida em que constrói um espaço para o estudante de Psicologia aprofundar as especificidades do curso e articulá-las com a realidade social na qual se insere (3).

Esse preâmbulo se fez necessário como forma de localizar o ENEP dentro da história e configurar seu espaço, como um espaço onde se reflete o panorama estudantil brasileiro, mais especificamente na área de Psicologia, se constituindo, então, como um ponto de partida e também como ponto de referência, estrutura da presente pesquisa; local de onde irradiará a luz que iluminará parcialmente, pois toda iluminação é parcial, o movimento estudantil e os movimentos sociais, de uma forma geral.

A História faz um recorte, por isso é importante ter em vista que em qualquer tentativa de reconstrução histórica, o que se está fazendo é *um* recorte, não *o* recorte, nem abrangendo o todo, nem tampouco alcançando o real - movimento da ordem do impossível (4).

Por isso que, metaforicamente, o facho de luz que sair do ENEP iluminará partes do movimento estudantil geral e dos movimentos sociais.

... é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos para ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de ponto de referência nesta reconstrução que chamamos memória (Halbwachs, 1950/1990, p.9-10).

O ENEP cumprirá, então, o papel de quadro social real, servindo como ponto de referência nesta reconstrução, eixo condutor da pesquisa. O período dos encontros será tomado como o período a ser analisado, partindo-se da idéia de que no ENEP se encontram reflexos do que tomou lugar no intervalo entre os encontros. Neste sentido, o ENEP pode se constituir como uma ruptura no fluxo contínuo do movimento estudantil na área de Psicologia, tornando-se, em tese, momento de suspensão do cotidiano e também de sua reflexão.

Por que história?

Como primeiro passo, cabe definir o que penso ao falar em história (2º eixo da pesquisa).

Poderíamos caracterizá-la como o campo lógico da História, aquele que remete à História como disciplina, portanto à ciência histórica e suas peculiaridades, campo herdeiro do



logos grego, basicamente realizando a (re)construção através de documentos escritos (5). Promove uma conexão das descontinuidades do fluxo constitutivo da história ao inseri-la no tempo cronológico, tentando fixar o eterno devir. Tomarei a liberdade de nomear esta história de história oficial, e sua linguagem como *logos*, Mas será que esta é a única forma de retomada do passado? O terceiro eixo proposto se coloca.

Por que memória?

A memória nos possibilita uma rememoração do passado seguida de uma reatualização do vivido, onde a cronologia perde espaço para o livre desenrolar das lembranças.

O pensamento do ser é *rememorativo* [grifo do autor] porque se dirige a este esquecido e não para apreendê-lo e trazê-lo de volta ao presente como se fora um ente à nossa disposição. (Figueiredo, 1994, p.59-60).

Se caracteriza por uma diferenciação com relação à história, pois não propõe uma racionalização do passado, mas antes uma localização de imagens e lembranças, que ressurgem num instante de abertura, nos arriscando até em falar na memória coletiva como a linguagem mítica da modernidade, e nomeando-a de campo mítico da história.

A memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os "quadros sociais" nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si (Mahfoud & Schmidt, 1993, p.290).

Tanto a memória histórica, como a memória coletiva, fazem parte do processo da História, que como ciência, vive momentos de sedimentação e mudança, que podem ser intercalados seguidamente, a fim de que a reconstrução do passado encontre sempre respaldo no presente, e que dessa maneira, a história da humanidade possa caminhar, sempre neste processo infinito de sedimentação e mudança.

Se a memória é o lugar de um *continuum* [grifo do autor] que, todavia, pode ser perdido, readquirido, reevocado e distorcido, a História é a reconstrução dos nexos que ligam entre si vários segmentos descontínuos e a racionalização dessas descontinuidades (Cardini, 1993, p.326).

A memória tem vida curta, se não for registrada, por isso se utiliza da história para resistir ao tempo. A história resiste ao tempo, por isso sua importância, mas necessita da memória para se (re)atualizar e tornar o passado mais vivo.

História e memória, ciência e fábula, *logos* e *mythos*, realidade e ficção: ambas dicotomias que se constituem como as duas metades simbólicas de nossa sociedade, por isso sua real importância nesta pesquisa, que ao contrário de dicotomizar, opor uma contra a outra, tentará utilizá-las concomitantemente, a fim de compor um panorama mais abrangente do movimento intitulado ENEP.

Uma história que não tenta se apropriar de um esquecimento que aflora, mas antes, se inebria com este esquecido e replica as possibilidades passadas de existência, que se arrastando através dos tempos, influenciam ainda o hoje.

Diante de tudo isso, história e memória, farão o eixo deste trajeto aqui proposto, com a idéia de que "não se trata de ouvir uma série de frases que enunciam algo; o que importa é acompanhar a marcha de um mostrar" (Figueiredo, 1994, p.64).

Abre-se espaço para o quarto e último eixo conclusivo.

Por que um movimento?

Movimento por advir de uma ação do real e tentar gerar sempre uma ação no real.

O ENEP se insere nos movimentos sociais, que podem ser entendidos como esforço despendido por um grande número de pessoas que se definem como um grupo que objetiva resolver coletivamente problemas e demandas sentidas como comuns e que emergem do cotidiano das relações sociais mais gerais; e também está inserido nos movimentos estudantis, que emergem de questões mais específicas ligadas ao cotidiano



escolar e/ou universitário, mas, com maior frequência, nascem do descontentamento com a cultura vigente e que podem ser entendidos como um:

entrecruzamento de planos, passando por afluxos e refluxos cuja intensidade é condicionada pela capacidade mobilizadora das minorias, pelo estado das relações entre a instituição universitária e a sociedade, e pelos problemas com que esta se depara. Sua habilidade peculiar consiste em conectar esses diferentes planos, articulá-los num alvo de contestação e impregnar ideologicamente a estratégia da contestação (Foracchi, 1972, p.81).

Inserido nos movimentos sociais e no movimento estudantil geral, o ENEP também é um movimento, específico, mas definido como tal, pois tende a ser um fenômeno processual e coletivo, no qual um grupo de pessoas tenta, em conjunto, atingir um objetivo comum, muitas vezes através de uma reação a um estado de coisas que provoca uma ação ao se manifestar. O ENEP tenta movimentar alguma coisa e a reconstrução histórica dos ENEPs também, tentando dar continuidade a este ciclo ininterrupto da história.

Método

Instrumentos

Foram utilizadas duas fontes de informação: a escrita e a oral, representadas pelos documentos e pelos depoimentos, respectivamente.

Os documentos eram, principalmente, de fonte primária, ou seja, aquela cujo produto é direto e original da experiência, investigação e expressão de um autor (Jiménez, 1977, p.70), encontrados em arquivos particulares, segundo a classificação de Lakatos & Marconi (2004, p.57), na forma de atas, relatórios, boletins, jornais, artigos, moções de repúdio e correspondências.

Os depoimentos seriam o relato de algo que o sujeito presenciou, viveu, experimentou, podendo assim dizer sobre isso, sem um roteiro previamente estabelecido, como nas entrevistas, mas num livre curso do pensamento; livre curso esse guiado por um recorte feito pelo pesquisador, que circunscreve o relato a um setor da experiência do narrador. O depoimento é relativo a uma região da experiência do narrador e não a um assunto, como nas entrevistas (Schmidt, 1990).

Os depoimentos, portanto, não obedeceram à nenhum roteiro formal, mas se concentraram em um eixo condutor, neste caso a experiência relativa aos ENEPs, e tudo que a cerca, na tentativa de trazer a tona regiões da experiência do narrador que não se oferecem de imediato à compreensão e onde está inscrito o que lhe inquieta - possibilidade de falar nas sombras, sem preocupações explicativas.

Na presente pesquisa foi utilizada, então, a história oral temática, através de depoimentos, visto que a proposta é a reconstrução histórica dos ENEPs, eixo condutor do trabalho, tendo o depoimento o papel de resgatar a experiência de vida de pessoas que tenham vivido o fato histórico em questão (Bom Meihy, 1991).

Após a coleta dos primeiros depoimentos mais gerais, todos os subseqüentes seguiram o mesmo modelo, a saber: começaram bem abertos e foram se afinando no final, perpassando por todos os tópicos-chave previamente estipulados. São eles:

- a) A organização do encontro - que incluiu o panorama geral do evento, condições em que foi realizado, atuação e constituição da comissão organizadora e local-sede.
- b) A natureza do encontro - se foi de caráter político ou acadêmico ou se mesclou os dois aspectos ou privilegiou apenas o contato entre seus participantes.
- c) A programação - se houve mais espaço para a atuação docente ou discente ou se houve maior valorização do estudante ou do profissional.
- d) Temática proposta e discutida - levantamento das preocupações e interesses de cada época, ou seja, se havia mais discussão de estágio, de currículo ou de conjuntura nacional.



Os tópicos-chave foram estipulados a partir de um estudo prévio da documentação escrita obtida e das inquietações iniciais do pesquisador, mas também pela constatação do aparecimento repetitivo de alguns aspectos durante o desenrolar dos depoimentos, que foram englobados ao seu rol. Constituíram, também, o eixo estrutural para redação do texto final da pesquisa.

O trabalho com o oral (depoimentos) e o escrito (documentos), concomitantemente, como instrumental de coleta de dados para uma reconstrução histórica, vai na linha de evitar tanto o subjetivismo e a emergência apenas da memória individual (relato oral), o que renegaria tudo o que foi produzido historicamente e deixado como memória oficial, como também apenas utilizá-la (documentação escrita), e deixar o coletivo engolir as experiências individuais ou de um dado grupo, que são fonte daquilo que não consta na memória oficial e podem ajudar a constituir um campo de significações mais amplo, inclusive ao permitir que brechas na história se abram.

Sujeitos

O método utilizado na seleção dos depoentes trilhou dois caminhos: foram selecionados das informações advindas dos documentos, mas também pela indicação dos próprios depoentes, que já relataram suas experiências e sugeriram nomes para os próximos depoimentos, no sistema intitulado de rede (Bom Meihy, 1991).

Desta forma, os sujeitos foram, no primeiro momento pessoas que puderam dar um panorama da comunidade *psi* na década de 1960, para depois serem alunos que ajudaram a organizar os ENEPs, alunos que participaram dos ENEPs e alunos que foram membros da Executiva Nacional e/ou Regional dos Estudantes de Psicologia, além de profissionais que participaram dos ENEPs, como expositores ou como auxiliares na sua organização. A idéia central foi tentar obter um número grande de visões acerca do movimento a ser estudado - o ENEP.

Procedimento e tratamento dos dados

Como primeiro passo, cabe delimitar o objeto de estudo espaço-temporalmente. Quanto à amplitude temporal, tomou-se como base o período entre a década de 1960 e a década de 1990, pois foi aproximadamente o tempo em que o movimento a ser estudado teve suas sementes e se desenrolou.

Quanto à amplitude espacial, se restringiu ao Estado de São Paulo, pois foi onde o pesquisador teve maior contato com o movimento, mas principalmente como forma de viabilizar na prática a pesquisa.

Realizado o levantamento, catalogação e descrição dos documentos escritos direta ou indiretamente referentes aos ENEPs, criou-se um arquivo; e de posse dos depoimentos devidamente textualizados e revisados, teve início o trabalho de reconstrução histórica.

Esse trabalho teve como eixo condutor as relações entre o micro (ENEP) e o macro (movimentos sociais e movimento estudantil), se utilizando das informações conseguidas da documentação oral e escrita, além das obtidas com a revisão bibliográfica; relações estas que deram o sentido aos ENEPs na medida em que os situaram dentro de um contexto mais amplo, constituído pelo horizonte histórico a que pertencem, sendo estas relações fontes de uma significação mais objetiva a cada documento.

Teve como ponto de partida, então, um microcosmo, que é o ENEP (contexto específico), para localizá-lo dentro de um contexto mais geral, que é a dinâmica do movimento estudantil, que, por conseguinte, está dentro de outro contexto mais geral ainda, que são os movimentos sociais, através de um movimento mais densamente estudado no seu ponto de partida e ficando mais rarefeito quando alcança um âmbito mais geral, que é a dinâmica dos movimentos sociais no Estado de São Paulo.

Após a localização do ENEP dentro de contextos mais amplos, pudemos visualizar qual foi sua contribuição para o desenvolvimento, compreensão crítica e inserção da Psicologia dentro da sociedade brasileira, mediante o resgate das interrelações entre o saber psicológico, as identidades culturais, a comunidade *psi* e o seu papel político.



O texto final foi processado pelo pesquisador baseado em todo material colhido e identificou 8 fases de atuação estudantil com características semelhantes e localizou as quebras e mudanças ocorridas ao longo do espaço temporal delimitado. São elas:

- 1) Os primórdios da Psicologia no Brasil (?/1957);
- 2) A constituição do estudante de Psicologia (1958/1964);
- 3) O começo do movimento estudantil na área de Psicologia (1965/1969);
- 4) Momento pré-ENEP - a rearticulação do movimento estudantil (1970/1975);
- 5) Surgimento do ENEP com os grupos políticos estudantis no comando (1976/1982);
- 6) Período de transição - o ENEP tenta mudar (1983/1985);
- 7) O retorno dos grupos políticos estudantis ao comando do ENEP (1986/1991);
- 8) Os grupos políticos perdem terreno e entram em cena as regionais (1992/1998).

Resultados e discussão: escute um dizer que se abre

A hipótese inicial do trabalho versava que a não-constituição de um legado histórico não permitia o avanço do movimento estudantil da Psicologia, mas que foi seguida de uma outra questão: o que seria um avanço em termos de política estudantil?

Idealmente, e inebriados pelos conceitos emergentes do próprio movimento estudantil, diríamos que um movimento estudantil deveria ter um contingente bom de estudantes mobilizados, interessados pelas questões de ordem política, que produzissem bastante, com muitas conquistas, tivessem o reconhecimento dos estudantes e, principalmente, conseguissem fazer a discussão avançar: mas o que seria fazer a discussão avançar?

Um militante diria que é fazer com que as conquistas possam ser passadas adiante e que os novos estudantes continuem do lugar onde os antigos pararam, como se fosse a construção de um prédio. Cada grupo a frente do movimento estudantil seria responsável por um andar desse prédio: mas será que o processo é mesmo esse?

Esse seria um caminho, mas qual foi o caminho do movimento estudantil da Psicologia, ou mais especificamente, dos ENEPs?

O primeiro passo é se desvencilhar dos conceitos prévios, como nos aconselharia Benjamin (1940/1985), e deixar se envolver pela reconstrução processada, verificando o que o ENEP tem a nos dizer sobre sua história e memória, sobre o estudante de Psicologia, sobre o movimento estudantil, sobre a constituição da identidade desse movimento e da própria Psicologia.

A exigência de rememoração do passado não implica simplesmente a restauração do passado, mas também uma transformação do presente tal que, se o passado aí for reencontrado, ele não fique o mesmo, mas seja, ele também, retomado e transformado (Gagnebin, 1994, p.19).

Fundo de onde emerge o movimento estudantil na Psicologia

1ª fase - Os primórdios da Psicologia no Brasil (?/1957)

A Psicologia é um campo do saber que foi se constituindo paralelamente às grandes disciplinas como a Pedagogia, o Direito e a Medicina, ganhando nos seus primórdios traços de cada uma delas, que foram, gradativamente, se misturando ao que estava surgindo enquanto uma nova área intitulada de Psicologia.

Durante o desenrolar da primeira metade do século XX, a Psicologia foi abrindo espaços e se tornando algo mais que um mero apêndice de outras disciplinas, mostrando que ela não era um aspecto das outras, mas sim se constituía como uma área específica e singular, que atravessava as demais áreas.

Desde então, foi marcada pela proximidade entre os precoces psicólogos, que, por seu número pequeno, perfizeram relações de amizade e reciprocidade, mas também de competição. Dessas relações de proximidade, foi surgindo um sentimento comum de que algo deveria ser feito em prol da Psicologia, explicitado pelos encontros, associações e movimentos das pessoas envolvidas com o campo psicológico.



Da vivência desses espaços de encontro, é que foi possível a Psicologia emergir concretamente no cenário social, se configurando como uma área de saber distinta e importante, tanto que ela só foi regulamentada pela pressão das associações de Psicologia da época.

2ª fase - A constituição do estudante de Psicologia (1958/1964)

Configurada a Psicologia como tal, surgem os cursos de formação, que naturalmente trouxeram consigo a constituição da figura do estudante de Psicologia, alvo dos nossos estudos. Quem era, no início, o estudante de Psicologia?

A Psicologia era considerada um curso escolhido por pessoas excêntricas ou, então, que não sabiam o que queriam de suas vidas; a opção mais óbvia seria fazer Medicina ou ir para Pedagogia. Em que contexto surgiu esse estudante?

O estudante de Psicologia surgiu em meio a um crescente movimento político mais geral e emergiu do interior da FFCL (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), carregando suas tradições políticas.

O começo dos anos 1960 foi marcado pelos constantes estudos e debates acerca do que seria melhor para o Brasil, que estava sendo invadido pelo capitalismo. A solução predominante nos meios universitários vinha do modelo soviético, que era quase um mito, de onde se extraía que o socialismo era a saída para o país. Mas que socialismo era esse?

Era um socialismo baseado nos dogmas marxistas-leninistas, que versavam que a realidade era uma eterna luta de classes, num conflito que deveria ser resolvido pela revolução, que implantaria um novo sistema, quebrando essa dicotomia intransponível entre proletariado e burguesia/Estado. Diante disso, muito se discutia sobre essa solução, como preparação para a revolução que estava por vir.

Um espaço que tinha destaque nos idos de 1962 e também ao longo de toda década foram as reuniões, que aconteciam a todo momento, em apartamentos de estudantes para discutir idéias revolucionárias. Apesar de sua clandestinidade, se constituíam num segredo mal contado, que pairava sobre o ar, abrindo possibilidade de participação para muitos. Foi justamente nesse espaço mais privado, que começaram a emergir questões relativas ao curso de Psicologia e a necessidade de uma discussão mais ampla, pois a Psicologia havia sido criada pelo mesmo processo que se faz uma colcha de retalhos, ou seja, não foi parida, mas antes se configurou através da união de várias teorias e práticas, que vinham sendo desenvolvidas em outras áreas, como a Pedagogia e a Filosofia.

A primeira metade da década de 1960 foi marcada mais pelas discussões do que pela ação propriamente dita, num clima de efervescência política, que trazia ideais grandiosos e globais rumo ao socialismo. A revolução deveria vir de uma aliança popular através de um movimento único contra o Estado, principalmente após o Golpe Militar de 1964.

Se antes de 1964 a revolução contava com o apoio do Governo Federal, na figura do então presidente João Goulart, após essa data, tinha a repressão como coibidora de qualquer manifestação contra a ordem vigente e imposta pela ditadura.

Os estudantes de Psicologia acompanhavam o andar dos acontecimentos e travavam suas lutas específicas, através de ocupações e manifestações, apesar de que o importante era o ideal maior da revolução popular para a instalação de uma nova sociedade, de cunho socialista.

3ª fase - Começo do movimento estudantil na área de Psicologia (1965/1969)

Após 1964, os estudantes de Psicologia começaram seu movimento próprio embalados pela questão curricular, imposição do Governo Federal em 1962, da qual gostariam de ter participado. Era um movimento pela possibilidade de decisão dos seus problemas, contra qualquer arbitrariedade ou autoritarismo por parte de quem quer que seja.

Encontraram como resistência o Estado e os próprios professores, muitos favoráveis ao esquema vigente, e com receio de perder seu poder; mas também receberam o apoio de tantos outros professores, na sua maioria jovens ex-alunos.



O começo da atuação estudantil na Psicologia se deu na barca dos movimentos mais gerais, mas serviu como excelente fonte de acúmulo de experiências, que eclodiriam anos mais tarde, principalmente a partir de 1965, ano que presenciou a primeira tentativa de um encontro mais amplo dos estudantes de Psicologia, batizado de ENEPsi.

O I ENEPsi foi marcado, portanto, pelas questões gerais da realidade brasileira, mas também pelas questões específicas da realidade *psí*, representada pelo currículo e foi o encontro que marcou essa iniciativa, pois a necessidade de um contato mais global era premente, já que se vivia a época de um ideal coletivo comum de transformação da realidade brasileira. Se fazia, pois, necessário, o encontro para que estratégias de luta, para o Brasil e também para a Psicologia, fossem configuradas.

O encontro e a vivência estudantil vão marcar o movimento estudantil da Psicologia, sendo, na maior parte do tempo, mais significativo que a própria questão política, apesar de que o encontro marca o ser político em sua essência; política não no sentido que virá mais adiante, ou seja, burocratizada e ligada aos órgãos representativos, mas sim como emergente do cotidiano.

Dentro da Psicologia, curso considerado de elite, existiam as mais variadas posições, mas a radicalidade, como a história nos mostrará, nunca fez parte da maioria dos estudantes *psí*, que preferiam manter posições mais moderadas.

Nesse momento, já existia um embrião do que viria a se tornar a AUEP (Associação Universitária de Estudos Psicológicos) da Universidade de São Paulo, batizada com essa máscara acadêmica para escapar da repressão que se acirrava cada vez mais, principalmente com a Lei Suplicy (4464) que extinguiu os Centros Acadêmicos, substituindo-os pelos Diretórios Acadêmicos, subordinados à direção da Faculdade (Sanfelice, 1986).

O ano de 1968 marcou um momento de sintonia geral, no qual eclodiram os mais variados movimentos ao redor do mundo, todos com a ilusão da concretização do sonho de instalação de uma nova sociedade.

Neste ponto cabe-nos uma parada para uma breve reflexão.

A maioria dos movimentos populares da época, inclusive o movimento estudantil, tinham como meta a revolução, mas nesse ponto se processava uma divisão:

- a) Alguns enxergavam a revolução como a destituição do poder vigente e a instalação de uma nova ordem, de cunho socialista;
- b) Outros viam a revolução como um rompimento das regras do jogo político vigente, na qual, normalmente, se cedia a vantagens parciais dentro do sistema estabelecido. O problema não era o capitalismo em si, mas a burocracia que vinha junto a ele e que barrava qualquer possibilidade de avanço e mudança, tornando todo movimento uma subversão do sistema. A guerra posta era, então, uma guerra antiburocrática.

Nesse contexto a oposição do Maio de 1968, por exemplo, vinha como um movimento sem direção, não ligado à disciplina de um partido e sempre se explicitando sob o signo da improvisação.

O primeiro grupo citado, que era a maioria, via no segundo uma impotência e uma imaturidade; faltava estudo e maior conscientização, pois a solução estava posta, eles que não conseguiam enxergar.

A grande maioria do movimento estudantil tinha uma estrutura mental rígida, que transformava a revolução, numa ditadura de uma postura só: a nova ordem era necessária a qualquer custo, sendo essa a linha de pensamento da luta armada.

Mas apesar de tudo isso, a principal vitória dos movimentos de 1968, por mais que não fosse clara, foi a revelação de fissuras no sistema vigente, pois se abriu uma brecha que permitiu visualizar na estrutura social uma linha de ruptura. O movimento estudantil foi inovador não por assumir novos papéis na sociedade, mas precisamente por negar-se a permanecer neles. Mas, o que aconteceu na Psicologia?

Já nos primórdios das atividades estudantis se via uma preocupação que partia do cotidiano, que era a questão curricular, que movimentava a todos.

Desde então, a questão curricular e organizativa do curso de Psicologia começou a ser discutida, trazendo em seu bojo questionamentos, que se transformariam em ação mais adiante, a partir de 1966, com o movimento dos excedentes.



A Psicologia tinha sua base marcada por algo que não foi elaborado por sua própria comunidade, e a reforma curricular simbolizava a idéia de mudança da própria Psicologia, se constituindo na utopia da comunidade *psí*. Estava fundada a primeira bandeira específica de luta da Psicologia: o currículo.

O cotidiano trouxe mais uma manifestação, com o movimento dos excedentes por mais vagas no curso de Psicologia, através da ocupação do saguão da Maria Antonia (antigo prédio paulista que abrigava a Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo).

O movimento durou um mês e pouco, até ter sucesso em suas reivindicações, o que significou um crescimento do curso, institucionalizado em sessenta vagas, aumentando para o número atual (70 vagas) alguns anos depois. Essa decisão do aumento de vagas trouxe por detrás dela a possibilidade do surgimento de cursos de psicologia em Escolas Particulares, o que realmente se concretizou a partir de 1969.

Com isso, abriram-se as portas para as particulares e os empresários da educação instalaram seus escritórios em São Paulo, batizando-os de Faculdades, e mais tarde de Universidades preconizando uma mudança no perfil do estudante de Psicologia, de excêntrico a massificado.

No geral, houve uma influência marcante do movimento mais geral com as paritárias (6), que faziam com que os estudantes sássem da sua posição de meros espectadores da cena que se desenrolava na Universidade, para se tornarem atores coadjuvantes com a mesma parcela de poder e responsabilidade que tinham os professores, únicos atores principais nesse jogo. Qual era, nesse contexto, o principal ponto em discussão? O currículo e os problemas organizativos do curso de Psicologia, dos mais gerais aos mais específicos.

Em nível nacional, a principal bandeira era também o currículo, que se constituía numa forma de crítica à ordem vigente através de uma realidade cotidiana, que traria a tão sonhada mudança para a Psicologia.

É bom frisar que a sensação de 1968 era de que os estudantes tinham assumido o poder sobre o curso, tornando sua revolução concreta, mas que pedia a todo momento a participação dos professores no processo de mudança. Se para alguns, a conquista do poder era o alvo principal e o grande ideal por detrás das lutas de 1968, também era a revelação de que a burocracia e o não-movimento tornavam o desenvolvimento da Psicologia uma coisa abstrata.

O Estado, que sentiu o poder das mudanças que estavam a florando, endureceu sua repressão e levou o movimento estudantil a sofrer um processo de paralisia, restando aos persistentes, diante da firmeza ideológica e da repressão, o caminho da luta armada. Na psicologia a luta continuou, lenta, mas sem parar e alguns se aventuraram na luta armada, sendo presos e até mortos, enquanto outros tentavam resistir no interior das próprias universidades.

4ª fase - Momento pré-ENEP: a rearticulação do movimento estudantil (1970/1975)

Durante a primeira metade da década de 1970, o ideal máximo era a reorganização das entidades estudantis para se concretizar a revolução contra a ditadura militar, não conseguida nos anos 1960. Os grupos políticos clandestinos agiam através da luta armada, mas também no interior das universidades ligados aos Centros de Estudos (disfarces acadêmicos para as organizações estudantis), tentando continuar o movimento de 1968. O ENEP nasceu dentro dessa perspectiva e surgiu como mais um fórum de organização estudantil para realizar a revolução.

Mas será que ele tinha apenas esse caráter?

Cabe-nos lembrar que o ENEP surgiu com essa função exclusivamente política de cunho geral, mas também adveio do movimento dos próprios estudantes da Psicologia, que careciam de um espaço de encontro para discussão de suas questões específicas, ou seja, como a Psicologia poderia se configurar enquanto uma agente de transformação social. Essa era a principal preocupação das Semanas de Psicologia, estratégias emblemáticas de ação dessa, que preconizaram os ENEPs.



O ENEP surgiu, então, da confluência de fatores gerais (a revolução) e de fatores específicos (a Psicologia transformando o geral da realidade social), tendo como ideal-mor a reforma curricular (utopia *psi*), e tendo como fator aglutinante o *encontro*, responsável pela energia motora do movimento estudantil da Psicologia.

A consolidação do movimento estudantil na Psicologia

5ª fase - a rearticulação do movimento estudantil na psicologia: Surgimento do ENEP com os grupos políticos estudantis no comando (1976/1982)

A fase anterior denotadamente representou o chamado período de resistência, no qual se tentava de todas as maneiras reorganizar o movimento estudantil, desmantelado pela repressão do regime militar, através de grupos de estudos, reuniões gerais nas escolas, contatos entre as escolas, as Semanas de Psicologia e finalmente os encontros de área - os ENEPs.

É importante reafirmar que todos esses espaços eram instituídos pela questão política mais geral, ou seja, o encontro entre as diversas tendências políticas para discutir a realidade brasileira e organizar a luta contra a ditadura, fazendo, conseqüentemente, a revolução socialista.

O ENEP surgiu nesse contexto e tinha um objetivo partidário advindo das tendências políticas, não sendo um objetivo interno da psicologia, mas sim mais um fórum de discussões para pensar a revolução e a luta contra a ditadura: o grande objetivo era organizar a sociedade civil contra a ditadura.

O instrumental de lutas eram as moções de repúdio ou apoio, que seriam divulgadas pela comunidade estudantil de uma forma mais ampla, além é claro, de serem levadas para todas as faculdades de psicologia do país.

As moções de repúdio representavam bem o caráter do movimento estudantil da época, ou seja, representavam horas e horas de discussão, passadas para um pedaço de papel, que pouco ou nada produzia de efeito prático. A discussão era o prazer da época, enquanto o prático ficava um pouco de lado. Ainda se vivia imerso na realização de grandes ideais, muitas vezes distantes, como era o caso da revolução - ideal maior do movimento estudantil.

Definição do ENEP e seus principais grupos participantes

O ENEP, como o próprio nome diz, é um Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia, ou seja, sua nomeação nos permite dizer que é um encontro, em nível nacional, da categoria estudante, da área específica da Psicologia, que surgiu do desejo latente de encontro da comunidade *psi*, mas, de forma manifesta, como uma ampliação do espaço de encontro dos diversos grupos políticos, que tentavam organizar a revolução, e, desde o início, foi marcado por dois grupos distintos que se apresentavam para participar dos ENEPs: uma minoria, com interesses pré-concebidos, e uma maioria, com o mero desejo de encontro.

Touraine (1991) aponta a coexistência de três mundos no interior de uma sociedade:

- a) Um mundo social caracterizado por fenômenos que emergem diretamente da vida social, sem nenhuma mediação institucional;
- b) Um mundo político, que comporta em seu interior mediadores entre o Estado e o mundo social; e
- c) Um mundo intermediário, que habita entre os mundos político e social, fazendo a intermediação entre ambos, via imprensa, televisão, clubes e intelectuais. É o mundo da opinião pública, lugar de passagem entre as demandas sociais e as respostas políticas.

Partindo dessa classificação, podemos dizer que o grupo minoritário participante dos ENEPs, marcado pelos grupos políticos, faziam parte do mundo político, apesar da clandestinidade inicial; e o restante advinha diretamente do mundo social, não trazendo, portanto, nenhuma linha institucionalizada de discussão ou ação.

Os grupos políticos utilizavam o ENEP como mais um espaço de discussão e briga ideológica, visando uma delimitação de poder e uma imposição de seus ideais, ou seja,



não aproveitavam o que emergia do instante de encontro, pois estava tudo mais ou menos planejado: a abertura para o inusitado não encontrava espaço.

Em contraposição, os demais estudantes, sem verdades pré-concebidas, inauguravam um espaço de criação durante os ENEPs, como nos propõe Foracchi (1972) ao dizer que o movimento estudantil tem como alvos centrais a universidade e a sociedade em geral, e traduz um esforço que é de criação, não de compromisso, devido à transitoriedade em que vive imerso o estudante.

Nesse sentido, estudante é um vir-a-ser, imerso num momento de transição, por isso potencialmente criativo, pois não se encontra vinculado, enquanto estudante, a nenhum grupo social: "... é na medida em que se diversifica o modo de vinculação ao sistema e que se reelaboram as alternativas de emancipação que o jovem se constitui como categoria social" (Foracchi, 1965, p.59).

O estudante vive, portanto, a morada do *entre*, que lhe permite uma atuação descompromissada de qualquer vinculação, sendo essa sua principal característica. A vinculação com os partidos políticos retira a espontaneidade do movimento estudantil e despoja-o de seu caráter inovador, pois o mundo político está institucionalizado.

A identidade militante que determina os grupos políticos, como nos indica Figueiredo (1995), vive norteadas por dois enquadres temporais: o tempo longo dos ideais (inalcançáveis e não sujeitos às vicissitudes do tempo) e o tempo curto das urgências (plano de ações repetitivos) e promove uma dissociação entre essas duas temporalidades, gerando um modo de vida que leva à estagnação, pois promove repetições estéreis de condutas institucionalizadas e idealizadas, sendo em sua essência uma identidade resistente.

A militância estabelece um fosso intransponível entre o reino das metas fabulosas e o das rotinas cotidianas, retirando dos acontecimentos qualquer chance do inusitado, pois tenta prevê-los com suas ações repetitivas.

Apesar da pré-concepção de uma linha para o ENEP, o grupo que se formava no momento do encontro, propiciava a constituição do ENEP enquanto um ator coletivo (Touraine, 1991), surgindo e desaparecendo no mesmo instante que surgia, mas deixando uma verdade no ar. Era um movimento diretamente do mundo social, por isso não mediatizado pelo mundo político, e, dessa forma, com o espontâneo em sua essência.

É como se, metaforicamente, um batismo fosse operado, e uma nomeação tivesse lugar. Nomeação no sentido que nos propõe Figueiredo (1994), ao dizer que nomear é chamar pelo nome, mas também responder a um chamado, que aparece como uma oferta. Batizar é colher, a-colher, re-colher. Re-colher é agrupar o que se colheu.

O ENEP se constituiria, então, como um espaço de abertura, se despojando daquilo que acreditava possuir, e não se consumindo somente naquilo que está enunciando. Seria um instante de abertura, no qual uma clareira emerge, e aponta um dizer, revela uma verdade, que se estende diante, mas se recolhe no mesmo instante que aparece, como versava Heráclito ao falar da *physis* (Garcia-Roza, 1990).

Por isso que na maioria das vezes, o ENEP é descrito como tendo um caráter mágico e inatural, que desaparece em seu final. Ele se constitui numa suspensão do cotidiano, dando margem a aparição de uma verdade outra, que pode encontrar os participantes do ENEP, se esses abandonarem a vontade de compreensão imediata.

Mas o grupo que organiza os encontros parece resistente a esse escutar atento, ficando preso ao dizer cotidiano, cristalizado em seus discursos pré-concebidos e se sentindo donos do ENEP (identidade militante).

Havia, portanto, uma dicotomia e uma separação muito grande entre os personagens dentro do ENEP. Aqueles, que queriam discutir a Psicologia e tentar mudar algo, eram atropelados pela briga pelo poder entre as tendências políticas. O que importava era a delimitação de poder, e não as decisões e os encaminhamentos do movimento, por isso eles quase nunca aconteciam.

O movimento estudantil era um fim em si mesmo; ensimesmamento danoso ao movimento, que só levava à repetição de fórmulas e ações. Essa era sua característica



inerente trazida dos anos 1970 e que teimava em permanecer: a grandiosidade das teorias e das grandes lutas e o desprezo pelas questões cotidianas mais práticas.

Nesse sentido, o ENEP parecia pertencer a grupos de estudantes, que inebriados pelos seus próprios propósitos, não conseguiam se envolver com a abertura que ele propicia, gerada pelo encontro entre os estudantes, que se configurava, em suma, no grande responsável pela magia de um ENEP. Mas quem eram os personagens dentro de um ENEP?

Se pensarmos no geral do movimento estudantil na Psicologia veremos de um lado um grupo menor tentando organizar e fazer seguir o movimento, no intervalo entre os ENEPs, e temos de um outro lado um grupo maior que freqüentava os ENEPs.

Essa era a linha geral, sempre a oposição entre um grupo com linhas definidas e outro com linhas indefinidas, dando espaço para que algo se construía durante o próprio encontro.

No começo, os freqüentadores dos ENEPs eram apenas estudantes vinculados aos grupos políticos, tornando o grupo participante, apesar da diversidade ideológica, um grupo homogêneo em termos estruturais, fazendo com que as questões mais gerais predominassem, mas com a introdução de questões específicas da própria Psicologia, outros estudantes interessados no curso, mas não nas discussões mais amplas, emergiram.

Tínhamos, então, os grupos políticos, a entidade representativa dos estudantes de Psicologia, a comissão organizadora dos ENEPs, os participantes do encontro e, a partir de 1982, os turistas, que se aproveitavam da estrutura do ENEP para conhecer o Brasil, sem muitos gastos, se configurando como os principais personagens dos ENEPs.

O ENEP e seus principais personagens

Os principais personagens dos ENEPs eram:

a) Grupos políticos: freqüentavam os ENEPs com o objetivo de ganhar mais espaços, dominar mais grupos obtendo mais poder, e impor suas idéias, sem se preocupar muito com a especificidade da área, para aumentar os quadros de seus partidos.

b) Executiva Nacional: tinha como objetivo, como o próprio nome diz, executar as deliberações dos ENEPs, fazendo com que o movimento estudantil caminhasse no intervalo entre os encontros, o que parecia ser uma tarefa não possível de ser realizada ao longo da história dos ENEPs.

c) Comissão Organizadora: tinha como função organizar o ENEP, teoricamente em conjunto com a Executiva Nacional, fazendo acontecer o encontro segundo as diretrizes do movimento estudantil da Psicologia e tentando dar uma continuidade ao movimento. Nem sempre isso acontecia e o ENEP acabava por funcionar como uma auto-realização pessoal do grupo que o organizava, às vezes fugindo totalmente do fio histórico que vinha se configurando.

d) Participantes dos ENEPs: chegavam ao encontro sem idéia do que iria acontecer (quase total ausência de idéias pré-concebidas sobre um ENEP), se constituíam como a maioria e acabavam formando grupos no seu desenrolar. Promoviam ações coletivas que emergiam no momento do Encontro, e acabavam por propiciar o clima de magia dos ENEPs pela sua espontaneidade. Surgiam diretamente do mundo social sem nenhuma mediação do mundo político, nem qualquer planejamento prévio e costumavam estar abertos ao que vinha e dessa maneira, agiam de forma não-institucionalizada, dando possibilidade ao novo. Podiam gerar o movimento, mas seu movimento era, muitas vezes, subaproveitado, sendo priorizadas as metas da Executiva Nacional ou da comissão organizadora.

e) Turistas: utilizavam-se da infra-estrutura do ENEP para conhecer o país de forma menos dispendiosa.

Podemos dizer que os três primeiros grupos eram regidos por idéias prévias e tendiam a institucionalizar o movimento estudantil; o quarto grupo, que instaurava o ENEP, tendia a desinstitucionalizar o movimento estudantil; e o último grupo era alvo de discussão em plenárias, mas não interferia significativamente na essência dos encontros, apesar de



que cada vez mais crescia esse grupo, mostrando que o envolvimento com o movimento estudantil era gradativamente menor.

Os três primeiros grupos, apesar de serem transitórios, contavam em seus posicionamentos e ações com linhas de atuação pré-concebidas, que, se garantiam por um lado uma direção, impossibilitavam, muitas vezes, a emergência do novo.

O grupo dos participantes do ENEP era sempre maioria, transitório e, geralmente, desprovido de pré-conceitos sobre um ENEP. Pelo papel que desempenhavam, correspondiam mais ao que foi definido como a categoria social de estudante, já que sua condição era transitória, eram questionadores por natureza e viviam imersos no *entre*, ou seja, entre o que já foi e o que ainda não é. Nesse contexto, podiam criar e trazer novidades aos ENEPs, em todos os sentidos, pois seu compromisso era com sua condição de transitoriedade, sendo, por isso, levados pela espontaneidade do momento.

Sobrevivem na transitoriedade, pois participam de grupos que têm sua duração limitada pelo tempo de permanência na universidade, o que marca profundamente o movimento estudantil, pois retira-lhe a característica de manifestação e engajamento permanente, e diversifica as orientações contestatórias ou reivindicativas, tornando os interesses em torno dos quais os estudantes se unem, de natureza mutável e instável.

O movimento estudantil tem como fundamento organizativo o sentimento de participação, marcado pela idéia de que os estudantes são diferentes e especiais em relação aos outros, mas idênticos a si próprios. No convívio estudantil se descobre um novo mundo: o mundo do diálogo com os iguais.

Por conta dessa característica transitória, o ENEP sempre teve 90% do seu público diferente, o que invariavelmente gerava um eterno recomeço, nunca uma eterna continuidade.

Se, por um lado, essa característica permitia o novo, por outro lado, promovia uma descontinuidade, fazendo com que o ENEP sempre se inaugurasse quando começava. Justamente este sentido comunitário de participação (unidade de vivência do mundo estudantil), constitui uma condição favorável e ilustradora da disposição potencial à mobilização, pois sendo o movimento estudantil transitório, em termos dos seus participantes, permite sua eterna continuidade, pois deixa sempre um projeto inacabado a ser desenvolvido pelos grupos subseqüentes. O elo de ligação entre as gerações universitárias e a transmissão de uma herança do movimento estudantil é fundamental para que novas conquistas sejam pleiteadas e obtidas com sucesso. A história e a memória de um movimento permitem seu eterno caminhar.

A transitoriedade complicava o livre desenrolar do movimento estudantil da Psicologia, pois o intervalo entre os ENEPs era grande, tornando os projetos inacabados em projetos novos a cada momento, muitos sem ligação histórica e, sendo a massa imediatista, a discussão não prosseguia depois de um ENEP.

Toda vez que um encontro se instaurava ocorria uma quebra no cotidiano *psi* e uma desinstitucionalização tinham lugar, enquanto que, toda vez que uma entidade representativa agia, ela reinstitucionalizava o movimento estudantil a todo momento.

Como seria possível aproveitar a abertura do instante do encontro e tornar o intervalo entre eles frutífero?

6ª fase - Período de transição: o ENEP tenta mudar (1983/1985)

De início temos que marcar, de forma redundante, que no intervalo entre os Encontros Nacionais, poucos espaços de encontro ocorriam, sendo de responsabilidade da Executiva Nacional fazer com o que o movimento caminhasse.

Poderemos começar nossa reflexão pensando que durante muito tempo a entidade representativa dos estudantes de Psicologia (Executiva Nacional) esteve ligada às entidades gerais como o CA (Centro Acadêmico), DA (Diretório Acadêmico), DCE (Diretório Central dos Estudantes), UEE (União Estadual dos Estudantes) e UNE (União Nacional dos Estudantes), entrando no círculo vicioso em que elas se encontravam, funcionando apenas como aparelho para os partidos políticos formarem seus quadros.



Essas entidades possuem ideologias particulares e defendem interesses que nem sempre atingem as mais variadas situações do cotidiano: um partido político não corresponde a grupos sociais. Nesse sentido, o geral engole o específico.

Mas não é o específico que é reivindicado pela comunidade *psi* desde os primórdios do movimento estudantil?

A Executiva Nacional dos Estudantes de Psicologia, por muito tempo, esteve envolta pela influência dos grupos políticos, não conseguindo enxergar as questões específicas da Psicologia, reivindicação daqueles a quem ela deveria representar.

Geral ou específico?

Esse é um eixo de discussão que transpassa toda história do movimento estudantil, e, particularmente, na Psicologia encontra uma tendência para o específico, no sentido de pensar como a Psicologia (específico) através de sua ação pode ajudar a modificar o geral.

Teoricamente, poderíamos dizer que ambos são importantes, que um não vive sem o outro, já que o geral (interesses comuns da massa estudantil) funda e unifica o movimento estudantil; enquanto que o específico de cada área de saber e/ou faculdade ou universidade, viabiliza e fortalece o movimento estudantil em cada uma de suas bases, mas a coisa não é tão simples assim.

O radicalismo dos anos 1960 e 1970 não permitia dar importância ao específico, mas ele era um desejo latente, já que uma das bandeiras de luta da Psicologia era a reforma curricular. A discussão de currículo poderia ser uma fonte de movimento no intervalo entre os ENEPs, tanto que viraram encontros específicos em vários momentos da história, e dar o reconhecimento mais global necessário à continuidade do movimento estudantil na Psicologia. A idéia era que ela deveria partir dos estudantes e atingir a Psicologia, e, ao atingi-la, promovesse uma mudança na filosofia e ação da profissão do psicólogo, alcançando o geral da realidade social.

Decidiu-se que o debate acerca da análise de como estava a Psicologia, naquele momento, era de fundamental importância e que seriam trazidos profissionais, que pudessem fornecer um panorama das várias práticas *psi*, para subsidiar as discussões dos estudantes, que aconteceriam em grupos, além de incentivar a sua participação.

Ficava claro que uma quebra na história dos ENEPs estava se configurando, pelo menos na concepção do encontro pela comissão organizadora, através de uma mudança de filosofia e dinâmica.

Quais seriam as principais mudanças de mentalidade que estavam emergindo?

Nas discussões que vinham acontecendo, como já foi apontado, se percebia que o fundo de onde nasceu o ENEP, ou seja, da rearticulação das entidades estudantis e de toda briga política clandestina contra a ditadura, estava gradativamente perdendo o sentido pela abertura política que se processava no Brasil.

Diante disso, o ENEP havia se tornado um espaço exclusivo para o embate entre as várias tendências estudantis, agora vinculadas aos partidos políticos recém-oficializados, o que afastara a maioria dos estudantes de Psicologia, que buscavam alguma outra coisa com um ENEP. Com essa mudança na coordenação do movimento estudantil da Psicologia, se criou a possibilidade de um começo de quebra da dinâmica cristalizada em que vinha ocorrendo sua atuação, e a configuração de um novo formato, principalmente para o ENEP. Era uma fase de transição, e o futuro ENEP serviria de ponte para algumas transformações que começavam a se processar.

A programação seria, então, em cima dos temas das áreas de atuação, das alternativas de atuação em Psicologia, da questão do currículo e dos estágios. Seriam trazidos profissionais para subsidiar a discussão e, após os debates, seriam constituídos grupos de estudo de estudantes para se tirar diretrizes para o posterior encaminhamento das lutas.

Dentro desse prisma, qual seria o caráter o ENEP?



O caráter do ENEP

Vemos, desde então, que o ENEP surgiu do encontro como fonte de energia, trazendo uma questão política manifesta e uma questão afetiva latente (laços de amizade como fator unificador).

Num primeiro momento esse era o quadro, no qual se discutia o geral da realidade social, embalados pelo apelo passional.

A partir do momento que se viu a necessidade da entrada do específico, o acadêmico ganhou espaço no interior programático dos ENEPs, inclusive com a participação de profissionais, pois até então os ENEPs eram exclusivamente dos estudantes.

Aí surgiu a questão: o ENEP era político ou acadêmico?

Alguns encontros se intercalaram tendo o político como principal, ou o acadêmico como central, e alguns nos quais o acadêmico das práticas profissionais serviria para um questionar político da Psicologia e da formação do futuro psicólogo.

Todos tinham como pano de fundo a questão vivencial-afetiva.

A reconstrução da história e memória dos ENEPs mostra uma passagem por todas as possibilidades de encontro, sendo de cada uma está marcada pelo contexto onde aconteceu, pelo grupo que a organizou e pelo momento do movimento estudantil. Parece que, historicamente, o ENEP se constituiu como um encontro afetivo-político-acadêmico, nessa ordem de grandeza.

Além disso, uma outra bandeira de ação foi a configuração dos EREPs (Encontro Regional dos Estudantes de Psicologia), como forma de envolver grupos menores no movimento e também levantar questões específicas de cada região, o que trouxe a tona um dilema: Haveria uma identidade do estudante de Psicologia do Brasil ou seriam identidades?

A identidade do estudante de Psicologia

Como forma de iniciar essa reflexão, algumas características gerais sobre o estudante de Psicologia poderiam ser apontadas:

- a) Ele necessita do encontro e da vivência para conseguir gerar seu movimento;
- b) Seu movimento geralmente parte das questões específicas para atingir o geral (a reforma curricular é sua utopia);
- c) O ENEP é o instante no qual as coisas acontecem e o movimento se faz: sem ENEP não há movimento estudantil na Psicologia;
- d) Não é radical em seus posicionamentos, assumindo sempre posturas e ações mais moderadas, mas sempre participa ativamente dos grandes movimentos;
- e) Seu movimento historicamente pouco atingiu a Psicologia de forma geral, só o fazendo durante as questões curriculares;
- f) A influência do movimento estudantil na formação do estudante de Psicologia se dá individualmente, nunca de forma coletiva;
- g) O grupo de estudantes de Psicologia consegue conquistas locais e focais, quase nunca ultrapassando os seus próprios limites;
- h) Vive ainda imerso em problemas internos de sobrevivência enquanto movimento estudantil, não conseguindo atingir o geral (Psicologia), nem a realidade social.

Essas são algumas constantes surgidas nessa reconstrução, mas será que podemos ainda falar em identidade de um estudante de psicologia? Eis uma questão que fica.

Em função dessa construção identitária do estudante de Psicologia, a organização do movimento estudantil sempre foi uma tarefa complexa, que se enrijecia com os grupos políticos no comando, mas que corria o risco de ficar à deriva sem esses grupos que, após alguns anos afastados da coordenação dos ENEPs e incentivados pelo contexto nacional de mudanças da segunda metade da década de 1980, retornaram a essa função.

7ª fase - o retorno dos grupos políticos estudantis ao comando do ENEP (1986/1991)

O movimento estudantil brasileiro vivia imerso no marasmo e na falta de representatividade, muito em função da imobilidade dos partidos políticos de esquerda, que aguardavam uma chance para marcarem presença no palco brasileiro. Essa chance



surgiu com a eleição dos deputados e senadores que comporiam a Assembléia Nacional Constituinte, o que deu um novo estímulo aos grupos políticos estudantis, vinculados ao PC do B (Partido Comunista do Brasil) e às várias tendências do PT (Partido dos Trabalhadores).

O IX ENEP foi reflexo disto e marcou uma nova fase com o ressurgimento das tendências políticas direcionando o movimento estudantil da Psicologia, só que agora com mais envolvimento com as questões específicas da Psicologia. Configurava-se um retorno e uma mudança, sendo uma das armas para essa mudança a reforma curricular, que muito mais que uma mudança de conteúdo, deveria se constituir na aproximação do curso de Psicologia com a realidade nacional.

O tema do Encontro foi *o psicólogo e a constituinte*, assunto da época, inaugurando o costume de eixos temáticos norteadores das discussões, com esperança de que a discussão não se perdesse em assuntos secundários e tivesse um núcleo comum, o que se acreditava ser muito produtivo.

Outro caminho foi à aproximação com a UNE (União Nacional dos Estudantes), entidade representativa máxima dos estudantes, vista agora com bons olhos pela Executiva Nacional dos Estudantes de Psicologia.

Esse momento marcou o resgate das armas de luta historicamente construídas pelo movimento estudantil da Psicologia: a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a reforma curricular.

Apesar disso, os grupos políticos não conseguiram garantir seu espaço nos ENEPs e começaram a perder sua representatividade junto aos estudantes, principalmente pela descrença na UNE (União Nacional dos Estudantes) como entidade de representação.

Operando uma retomada histórica breve em termos de processos organizativos do movimento estudantil na Psicologia, primeiramente tivemos a COEP (Comissão Organizadora dos Encontros de Psicologia); que se tornou COEP (Comissão Organizadora dos Estudantes de Psicologia) formada pelas entidades estudantis; com a reconstrução da UNE (União Nacional dos Estudantes) se vinculou a esta se tornando SEPUNE (Secretaria de Psicologia da UNE) tendo uma Executiva Nacional constituída por algumas entidades estudantis e, depois, por chapa de estudantes eleitos em Plenária Final dos ENEPs; e, por fim, se desvinculou da UNE (União Nacional dos Estudantes), se auto-intitulando Executiva Nacional dos Estudantes de Psicologia.

A paralisia e a falta de rumos do movimento estudantil na Psicologia

8ª fase - Os grupos políticos perdem terreno e entram em cena as regionais (1992/1998)

Diante dessa crise de representatividade, houve um rompimento das Executivas de Área com a UNE, configurando-se numa tentativa de que algo novo pudesse emergir no sentido de uma (des)institucionalização do movimento estudantil, o que poderia ser uma saída.

O certo era que o movimento estudantil na Psicologia vivia afundado na luta pela sua sobrevivência, não conseguindo atingir o global, nem a própria Psicologia, se renova a cada ENEP, mas não aproveitando essa energia proveniente dos encontros.

Qual seria seu papel para a Psicologia no Brasil?

O movimento estudantil na Psicologia promove um eterno questionar pelo espírito irrequieto inerente à condição de estudante, mas não consegue coletivamente atingi-la, sendo raros os momentos de ação coletiva do movimento estudantil, que atingiram a Psicologia diretamente.

Indiretamente a situação é um pouco melhor, pois se o movimento estudantil não consegue um efeito de grupo, exerce influência marcante nos estudantes de Psicologia, futuros psicólogos, que poderão assim, visualizar sua profissão de uma outra maneira, muito mais crítica e pluralista. Assim, a influência do movimento estudantil sobre a Psicologia se dá indiretamente através dos estudantes, que se formarão psicólogos e poderão agir sobre ela, sendo a reforma curricular a ponte mais eficaz entre estudantes e profissionais.



E o movimento estudantil na Psicologia?

Seu ideal é a continuidade e o seu real é a transitoriedade: será, então, que o ideal é mesmo o ENEP ter uma linha contínua?

A história aponta que não. Parece que o mais significativo nos ENEPs é o seu caráter mágico, inatural e espontâneo, como apontou um depoente:

Acho agora que um ENEP você só sabe o que é vivendo, indo a um encontro, conhecendo, porque é um momento único e indescritível, e por mais que eu descreva, fica difícil captar exatamente o que que é um ENEP, sem estar vivenciando este tipo de movimento. É uma coisa maravilhosa, é um momento de conagração entre as pessoas, é um momento em que você sente que tem muitas pessoas com idéias parecidas às suas, e aonde você vê reflexos do movimento em geral dentro do particular, principalmente quando a coisa caminha mais para o lado político.

O ENEP é o único espaço que você vê coisas acontecendo, que jamais verá de novo, nas festas, nas discussões, nas vivências, que conta muito com uma predisposição das pessoas que vão aos ENEPs em estarem abertas às experiências e vivências, que em outras situações não teriam espaço. Acho que a principal função dos ENEPs é justamente propiciar um espaço que permite muito mais coisas do que no seu cotidiano, à nível de discussão acadêmica, à nível de discussão política, à nível de encontro pessoal, realmente com um caráter afetivo-político-acadêmico, nessa ordem de grandeza, porque é muito mais do que um simples encontro, você acaba fazendo política, você acaba aproveitando um pouco do lado acadêmico, mas ficando como fatia mais importante o lado da troca, do que acontece em termos de Psicologia pelo Brasil e, principalmente, aprender coisas novas e descobrir novas realidades.

Referências bibliográficas

- Angelini, A. L. (1975). Aspectos atuais da profissão do psicólogo no Brasil. *Boletim de Psicologia*, 26(69), pp. 30-35.
- Benjamin, W. (1985). *Obras escolhidas* (vol. 1). São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1940).
- Bom Meihy, J. C. S. (1991). *Canto de morte Kaiowá: História oral de vida*. São Paulo: Loyola.
- Cardini, F. (1993). História, história social, história oral, folclore. *Psicologia USP, Memória*, 4(1/2), 319-328.
- Figueiredo, L. C. M. (1994). *Escutar, recordar, dizer: Encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica*. São Paulo: Educ; Escuta.
- Figueiredo, L. C. M. (1995). *Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos*. São Paulo: Educ; Escuta.



- Foracchi, M. M. (1965). *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional.
- Foracchi, M. M. (1972). *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.
- Gagnebin, J. M. (1994). *História e narração em Walter Benjamin*. Campinas: Universidade de Campinas.
- Garcia-Roza, L. A. (1990). *Palavra e verdade na filosofia e na psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. (Original publicado em 1950).
- Jiménez, M. S. (1977). La investigación documental como estratégia metodológica. *Revista de Investigación Educativa*, 8(18), 67-72.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. de A. (2004). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Mahfoud, M. & Schmidt, M. L. S. (1993). Halbwachs: Memória coletiva e experiência. *Psicologia USP, Memória*, 4 (1/2), 285-98.
- Massimi, M. (1990). *História da psicologia brasileira: Da época colonial até 1934*. São Paulo: E.P.U.
- Melo, S. L. (1983). *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Sanfelice, J. L. (1986). *Movimento estudantil: A UNE na resistência ao golpe de 1964*. São Paulo: Cortez.
- Schmidt, M. L. S. (1990). *A experiência de psicólogas na comunicação de massa*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Touraine, A. (1991). A sociologia da ação: Uma abordagem teórica dos movimentos sociais. Em Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Org.), *Anais, Seminário o retorno do ator: Movimentos sociais em perspectiva* (pp.29-51). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- Van Kolck, O. L. (1975). A formação e as funções do psicólogo clínico no Brasil. *Boletim de Psicologia*, 26(69), 51-58.

Notas

- (1) Essa pesquisa teve o apoio financeiro do CNPq.
- (2) Conforme consta no Relatório do I ENEP, realizado em Ribeirão Preto/SP em 1976.
- (3) Texto redigido em 24 de janeiro de 1988, pela comissão organizadora do X ENEP e distribuído aos participantes do encontro.
- (4) A palavra *história* será sempre redigida com *h* minúsculo, quando se referir a uma reconstrução histórica e não à *História*, enquanto campo de saber, disciplina, que, assim como as demais áreas, exige o maiúsculo em seu começo.
- (5) Com os processos tecnológicos, este campo está se ampliando a cada dia, através de relatos orais, filmes, gravações digitais, entre outros meios.
- (6) Reivindicação pela participação paritária, ou seja, de proporção igual de estudantes e professores nos órgãos de discussão e decisão universitária.



Ribeiro M. A. (2007). História do movimento estudantil na psicologia: leituras e reflexões acerca do 119 ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia) *Memórium*, 13, 100-119. Retirado em / / , da World Wide Web <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a13/ribeiro01.pdf>

Nota sobre o autor

Marcelo Afonso Ribeiro é Professor de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e do Trabalho e Pesquisador do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Brasil), Doutor em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de São Paulo (Brasil). Atualmente coordena o CPAT (Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Brasil). O endereço para contato é: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bloco D - Sala 163. Cidade Universitária, São Paulo/SP, Brasil. CEP 05508-030. E-mail: marcelopsi@uol.com.br.

Data de recebimento: 19/10/2006

Data de aceite: 30/12/2007